

Jauru Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da administração

1. Mensagem da administração

A administração da Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de dezembro de 2006 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP da Companhia para o ciclo 2018-2019 foi de R\$ 58.660 mil, um incremento de 2,8% quando comparada com a RAP para o ciclo 2017-2018 que foi de R\$ 57.032 mil, decorrente do reajuste da inflação (IPCA).

(b) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no exercício de 2018 foi de 95,71%, contra uma disponibilidade de 99,99% no exercício de 2017.

(c) Alteração nos acionistas controladores

Em dezembro de 2018 ocorreu alteração na organização acionária da Companhia. A Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") que detinha 33% de participação adquiriu 33% pertencentes a Isolux Energia e Participações S.A. ("Isolux"). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018 a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") detinha 66% de participação na Companhia.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 3 (três) diretores. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia.

(b) Conselho fiscal

O Conselho Fiscal, funciona de forma não permanente, é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos conselheiros, as atribuições e os poderes conferidos por lei.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam as demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Jauru Transmissora de Energia S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jauru Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Jauru Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja as Notas 6.3 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;ii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato; eiii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de

(em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa		4.829	209
Títulos e valores mobiliários	8	8.460	6.794
Concessionárias e permissionárias	9	8.540	8.009
Ativo financeiro	10	-	54.302
Ativo de contrato	11	75.930	-
Impostos e contribuições a recuperar	12	4.919	4.067
Outros ativos		7.311	4.767
Total do ativo circulante		109.989	78.148
Ativo financeiro	10	-	522.192
Ativo de contrato	11	575.315	-
Títulos e valores mobiliários	8	8.731	8.305
Total do realizável a longo prazo		584.046	530.497
Imobilizado e Intangível		3.978	3.714
Total do imobilizado + intangível		3.978	3.714
Total do ativo não circulante		588.024	534.211
Total do ativo		698.013	612.359
Fornecedores		752	1.338
Financiamentos	13	20.168	20.810
Debêntures	14	10.287	5.716
Impostos e contribuições a recolher	12	1.786	719
PIS e COFINS diferidos	15	7.024	5.023
Dividendos a pagar	18 (c)	11.854	8.525
Encargos setoriais		2.642	2.197
Outros passivos		1.554	3.225
Total do passivo circulante		56.067	47.553
Financiamentos	13	112.630	131.553
Debêntures	14	62.664	64.625
PIS e COFINS diferidos	15	53.217	48.303
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	58.502	24.062
Outros passivos		3.749	2.012
Total do passivo não circulante		290.762	270.556
Total dos passivos		346.829	318.109
Capital social	18 (a)	266.880	266.880
Reserva de lucros	18 (b)	84.304	27.370
Total do patrimônio líquido		351.184	294.250
Total do passivo e patrimônio líquido		698.013	612.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de

(em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	19	52.269	72.205
Pessoal		(4.114)	(3.860)
Material	20 (a)	(381)	(24.688)
Serviços de terceiros	20 (b)	(2.787)	(12.715)
Outros		(850)	(2.346)
Custos operacionais		(8.132)	(43.609)
Lucro bruto		44.137	28.596
Serviços de terceiros		(1.332)	(1.208)
Outros		(716)	(653)
Despesas operacionais		(2.048)	(1.861)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		42.089	26.735
Receitas financeiras		1.843	3.244
Despesas financeiras		(22.544)	(22.039)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	21	(20.701)	(18.795)
Resultado antes dos impostos		21.388	7.940
Corrente		(1.113)	(1.108)
Diferido	16	(6.256)	(6.078)
Imposto de renda e contribuição social	22	(7.369)	(7.185)
Lucro líquido do exercício		14.019	755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de

(em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	14.019	755
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	14.019	755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros	lucros a realizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2016		266.880	1.757	25.037		-	293.674
Lucro líquido do exercício		-	-	-		755	755
Reserva Legal		-	38	-		(38)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-		(179)	(179)
Reserva de retenção de lucros		-	-	538		(538)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		266.880	1.795	25.575		-	294.250
Ajuste na aplicação inicial do CPC 47/IFRS 15	7	-	-	-	46.245	-	46.245
Saldo em 1º de janeiro de 2018		266.880	1.795	25.575	46.245	-	340.495
Lucro líquido do exercício		-	-	-		14.019	14.019
Reserva Legal		-	701	-		(701)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-		(3.330)	(3.330)
Reserva de retenção de lucros		-	-	9.988		(9.988)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		266.880	2.496	35.563	46.245	-	351.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em

(em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		14.019	755
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	6.256	6.982
- PIS e COFINS diferidos	15	670	-
- Variação Monetária		1.844	1.608
- Juros e correção monetária sobre financiamentos e debêntures		20.578	20.048
- Provisão para risco		-	760
- Ativo financeiro - remuneração	19	-	(29.388)
- Ativo financeiro - receita de construção		-	(37.159)
- Ativo de contrato - remuneração	19	(65.857)	-
		(22.490)	(36.394)
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(1.666)	16.729
- Concessionárias e permissionárias		(531)	(1.540)
- Ativo financeiro	10	-	48.588
- Ativo de contrato	11	73.111	-
- Impostos e contribuições a recuperar		(852)	5.084
- Outros ativos		(4.132)	669
- Fornecedores		(586)	(281)
- Impostos e contribuições a recolher		1.067	143
- Encargos setoriais		445	260
- Outros passivos		(1.523)	1.615
Caixa gerado pelas atividades operacionais		42.843	34.873
Debêntures - pagamento de juros	14	(5.612)	(2.748)
Financiamentos - pagamento de juros	13	(11.530)	(12.917)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		25.701	19.208
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(426)	4.485
Imobilizado e intangível		(264)	(3.405)
Fluxo de caixa (utilizado nas) provenientes das atividades de investimento		(690)	1.080
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos - pagamento de principal	13	(20.391)	(20.219)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		(20.391)	(20.219)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		4.620	70
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		209	138
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		4.829	209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Jaurú Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 3 de dezembro de 2006 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em dezembro de 2018 ocorreu alteração na organização acionária da Companhia. A Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") adquiriu a participação do acionista Isolux Energia e Participações S.A. ("Isolux"). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018 a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") é o acionista majoritário e possui o controle.

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão N° 001/2007 ("Contrato"), para o períodos de 30 anos, tem como objetivo: (i) instalações de transmissão em 230 KV, com origem na Subestação Samuel e término na Subestação Ariquemes, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 153 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Ariquemes e término na Subestação Ji-Paraná, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 164 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Ji-Paraná e término em Pimenta Bueno, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Pimenta Bueno e término na Subestação Vilhena, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 160 km; e pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Vilhena, no Estado de Rondônia e término em Jauru, no Estado de Mato Grosso, com circuito duplo e com extensão aproximada de 354 km; e (ii) entradas de linhas 230 KV na Subestação Samuel, 230 KV na Subestação Ariquemes por reatores de linha, 230 KV na Subestação Pimenta Bueno por reatores de linha, 230 KV na Subestação Vilhena por reatores de linha e 230 KV na Subestação Jauru por reatores de linha bem como as respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato foi assinado no dia 20 de abril de 2007 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de abril de 2037. A Companhia entrou em operação comercial em maio de 2013.

A partir de julho de 2024 (16° ano de operação comercial) a Companhia receberá 50% da receita anual permitida do 15° ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão.

1.2 Reforço

Em 10 de novembro de 2015 a ANEEL autorizou a Companhia a realizar reforços na subestação Vilhena. O reforço ficou pronto em dezembro de 2017 e a RAP para o ciclo 2018-2019 foi de R\$ 7.067.

1.3 Receita Anual Permitida

A Resolução Homologatória nº 2.408, de 26 de junho de 2018, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2018-2019 em R\$ 58.660 (R\$ 57.032 para o ciclo 2017-2018). Um aumento aproximado de 2,8%, decorrente do reajuste da inflação (IPCA).

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 29 de abril de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

5 Uso de estimativas e julgamentos

As preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 10 e 11, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir.

6.1 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessinárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

i. Classificação e mensuração subsequente (política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

ii. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros (política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

iii. Mensuração subsequente e ganhos e perdas (política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

iv.1 Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iv.3 Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

iv. Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como mantidos para negociação, instrumentos derivativos de *hedge* ou designado ao VJR).

v.1 Mensuração subsequente e ganhos e perdas

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como mantidos para negociação, instrumentos derivativos de *hedge* ou designado ao VJR).

v.1.1 Ativos financeiros ao VJR

Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.

v.1.2 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

v.1.3 Empréstimos e recebíveis

Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

v.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

6.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia.

6.3 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno (“TIR”) de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

6.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

6.6 Provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa

A Provisão, quando aplicável, para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Devido a imaterialidade do saldo, a Companhia não constituiu PPECLD para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

6.7 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

(a) CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente

A Companhia adotou a CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado.

A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47/IFRS 15 sobre a reserva de lucros a realizar em 1º de janeiro de 2018.

	Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018
Reserva de lucros a realizar	
Ativo de contrato	74.429
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.184)
	46.245

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC47/IFRS15 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

I. Impacto no balanço patrimonial

		Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15
Em 31 de dezembro de 2018				
Ativo financeiro	(a)	-	563.621	563.621
Ativo de contrato	(a)	651.245	(651.245)	-
Outros ativos		46.768	-	46.768
Total do ativo		698.013	(87.624)	610.389
PIS e COFINS diferidos	(a)	60.241	(8.106)	52.135
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	58.502	(31.011)	27.491
Outros passivos		228.086	-	228.086
Total do passivo		346.829	(39.117)	307.712
Capital social		266.880	-	266.880
Reserva de lucros	(a)	84.304	(48.507)	35.797
Total do patrimônio líquido		351.184	(48.507)	302.677

(a) Efeito dos ajustes decorrente do reconhecimento do CPC 47/IFRS 15 conforme descrito na nota explicativa 6.3.

II. Impacto na demonstração do resultado

		Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15
Receita operacional líquida	(a)	52.269	(5.822)	46.447
Custos e despesas operacionais		(10.180)	-	(10.180)
Receitas (despesas) financeiras		(20.701)	-	(20.701)
Imposto de renda e contribuição social	(a)	(7.369)	2.827	(4.542)
Lucro líquido do exercício		14.019	(2.995)	11.024

(a) Efeito dos ajustes decorrente do reconhecimento do CPC 47/IFRS 15 conforme descrito na nota explicativa 6.3.

(b) CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas na conta reserva de lucros a realizar.

i. Classificação e mensuração - ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Classificação original CPC 38/IAS 39	Nova classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 1º de janeiro de 2018
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	209
Titulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	15.099
Concessionárias e permissionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	8.009
Ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis	-	-
Ativo de contrato	-	Custo amortizado	576.494
			599.811
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	1.338
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	70.341
Financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	152.363
			224.042

A partir de de 1º de janeiro de 2018, os recebíveis da Companhia passaram a ser classificados como ativo de contrato, sob o escopo do CPC 47/IFRS 15.

ii. Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas (quando aplicáveis) são mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas estimadas são calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. Além disso, quando aplicável, são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

A Companhia não reconhece provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

(c) Outras alterações

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.



Normas e interpretações técnicas

Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

Alterações ao IFRS 4 (Insurance Contracts) para adequação à aplicação da IFRS 9 (Financial Instruments).

Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).

Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.

Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.



(d) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Vigente a partir de	
	01/01/2019	01/01/2020

Normas e interpretações técnicas

CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos.	•	
IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.	•	
Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).	•	
Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.	•	
Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.		•

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação do CPC 06 (R2).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

		2018	2017
CDB	(a)	3.288	3.411
Fundo de investimento	(b)	5.172	3.383
		8.460	6.794

As aplicações financeiras foram proporcionadas pela geração de caixa da Companhia.

- (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 97,2% (98% em 2017) do DI com vencimento entre outubro e dezembro de 2019.

- (b) Fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento.

ii. **Não circulante**

	2018	2017
Fundo de investimento	8.731	8.305

Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.

9 **Concessionárias e permissionárias**

	2018	2017
A vencer	6.577	6.822
Até 3 meses	52	23
De 3 a 6 meses	18	14
De 6 a 12 meses	705	-
Acima de 12 meses	1.188	1.150
	8.540	8.009

10 Ativo financeiro

2017	Remuneração do ativo financeiro	Recebimento	Transferência para ativo de contrato (a)	2018
576.494	-	-	(576.494)	-

2016	Remuneração do ativo financeiro	Recebimento	Receita de Construção	2017
558.536	29.388	(48.589)	37.159	576.494

	2018	2017
Circulante	-	54.302
Não Circulante	-	522.192
	-	576.494

- (a) Conforme descrito na nota explicativa 7, a partir de 1º de janeiro de 2018 os valores que eram reconhecidos como ativo financeiro agora são reconhecidos como ativo de contrato.

11 Ativo de contrato

2017	Transferência do ativo financeiro	Impacto da adoção CPC 47/IFRS 15 (a)	Remuneração do ativo de contrato	Recebimentos	2018
-	576.494	82.005	65.857	(73.111)	651.245

	2018	2017
Circulante	75.930	-
Não circulante	575.315	-
	651.245	-

- (a) Conforme descrito na nota explicativa 7, a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. O impacto da adoção dessa nova norma impactou positivamente o ativo de contrato em contra partida a conta de Reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram identificados indicativos internos ou externos que pudessem gerar dúvidas que o ativo de contrato possa estar registrado por valor acima ao de sua recuperação.

12 Impostos e contribuições a recuperar

	2018	2017
Imposto de renda	3.950	796
Contribuição social	579	461
Outros	390	2.810
	4.919	4.067

13 Financiamentos

2017	Juros e correção monetária	Amortização		2018
		principal	juros	
152.363	12.356	(20.391)	(11.530)	132.798

2016	Juros e correção monetária	Amortização		2017
		principal	juros	
171.033	14.466	(20.219)	(12.917)	152.363

	2018	2017
Circulante	20.168	20.810
Não circulante	112.630	131.553
	132.798	152.363

A Companhia possui contratos de financiamento com o BNDES e ambos são destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1 e aos investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental.

O contrato firmado em 23 de dezembro de 2009 possui o valor total do financiamento em R\$ 107.000 dividido em 3 (três) subcréditos:

- i. Subcrédito A no valor de R\$ 86.285 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,32% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de abril de 2024.
- ii. Subcrédito B no valor de R\$ 17.715 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 4,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de outubro de 2019.
- iii. Subcrédito C no valor de R\$ 3.000 destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidem a TJLP calculado no ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de novembro de 2015.

O contrato firmado em 26 de dezembro de 2012 possui o valor total do financiamento em R\$ 152.800 dividido em 3 (três) subcréditos:

- iv. Subcrédito D no valor de R\$ 138.300 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,58% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de junho de 2027.
- v. Subcrédito E no valor de R\$ 13.200 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de dezembro de 2022.
- vi. Subcrédito F no valor de R\$ 1.300 destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidem a TJLP calculado no ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de junho de 2027.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2018	2017
Em 2019	-	20.810
Em 2020	20.168	20.810
Em 2021	20.168	20.810
Em 2022	20.168	20.810
Em 2023	20.168	20.810
A partir de 2024	31.958	27.503
	112.630	131.553

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

14 Debêntures

2017	Juros e correção monetária	Amortização		2018
		principal	juros	
70.341	8.222	-	(5.612)	72.951
2016	Juros	Amortização		2017
		principal	juros	
65.897	7.192	-	(2.748)	70.341
		2018	2017	
Circulante		10.287	5.716	
Não circulante		62.664	64.625	
		72.951	70.341	

A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de junho de 2013 destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total captado foi de R\$ 39.000. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 8% ao ano. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento dos juros remuneratórios será realizado no dia 15 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento em 15 de dezembro de 2030.

Em 24 de outubro de 2013, a Companhia celebrou instrumento particular de Escritura da 2ª emissão pública de debêntures no valor total de até R\$ 39.000 em debêntures simples e não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$ 250 com emissão de 156 debêntures com data de emissão em 15 de junho de 2013. Os encargos financeiros são IPCA acrescido de 8% ao ano.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2018	2017
Em 2019		10.287
Em 2020	10.287	10.287
Em 2021	10.287	10.287
Em 2022	10.287	10.287
Em 2023	10.287	10.287
A partir de 2024	21.516	18.906
	62.664	70.341

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures foram cumpridas pela Companhia.

15 PIS e COFINS diferidos

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato (ativo financeiro até 31 de dezembro de 2017) e são registrados contabilmente pela Companhia.

2017	Impacto da adoção CPC 47/IFRS 15 (a)	Constituição	2018
53.326	7.585	(670)	60.241

2016	Reversão	Constituição	2017
52.422	904	-	53.326
		2018	2017
Circulante		7.024	5.023
Não circulante		53.217	48.303
		60.241	53.326

(a) Conforme descrito na nota explicativa 7.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

2017	Impacto da adoção CPC 47/IFRS 15 (a)	Despesa	2018
24.062	28.184	6.256	58.502
2016	Benefício	Despesa	2017
17.984	-	6.078	24.062

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e são reconhecidos sobre os ajustes relacionados a contabilização do ativo de contrato (ativo financeiro até 31 de dezembro de 2017).

17 Passivos contingentes

A Companhia possui ações judiciais, em sua maioria compostas por indenizações por dano moral, acidente de trabalho, horas extras, remuneração, periculosidade e ações fiscais, cujo prognóstico de perda foi definido como provável, pelos consultores jurídicos, e para a qual a Companhia manteve provisão no montante de R\$574 no exercício (R\$ 2.012 em 2017).

Durante a fase de construção, a Companhia foi autora de ações cíveis que tramitam em juízo correspondem às questões relativas à definição do valor das indenizações dos direitos de passagem aos proprietários de terras. Os valores envolvidos, em sua maioria, foram depositados em juízo e reconhecidos como custo de construção na época.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 266.880 dividido em 266.880.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	Quantidade de ações	
	2018	2017
Celeo Redes Brasil S.A.	177.920.000	88.960.000
Lintran do Brasil Participações S.A.	88.960.000	88.960.000
Isolux Energia e Participações S.A.	-	88.960.000
	266.880.000	266.880.000

Em dezembro de 2018 ocorreu alteração na organização acionária da Companhia. A Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") que detinha 33% de participação adquiriu 33% pertencentes a Isolux Energia e Participações S.A. ("Isolux"). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018 a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") detinha 66% de participação na Companhia.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

ii. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

iii. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47/IFR 15 conforme descrito na nota explicativa 7.

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

19 Receita operacional líquida

		2018	2017
Ativo financeiro - remuneração		-	29.388
Ativo de contrato - remuneração	(a)	65.857	-
Ativo financeiro - receita de construção		-	37.159
Ativo financeiro - O&M		-	15.075
Ativo de contrato - O&M	(a)	12.788	-
Perda na RAP	(b)	(14.500)	-
Parcela variável	(c)	(3.515)	(186)
Receita bruta		60.630	81.436
PIS e COFINS correntes		(6.457)	(5.872)
Pis e COFINS diferidos		671	(904)
Encargos setoriais		(2.575)	(2.456)
Deduções da receita		(8.361)	(9.231)
		52.269	72.205

- (a) Conforme descrito na nota explicativa 7.
- (b) Com a adoção do CPC 47/IFRS15, toda diferença entre a RAP projetada e a RAP realizada é reconhecida no resultado, independentemente se for ganho ou perda.
- (c) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em: (i) não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente; e (ii) em programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão.

20 Custos operacionais

(a) Materiais

O saldo maior em 2017 era representado pelos custos relacionados ao reforço conforme nota explicativa 1.

(b) Serviços de terceiros

Nesta conta são registrados substancialmente os custos com operação e manutenção das instalações de transmissão.

Durante o exercício de 2018 a Companhia incorreu em custos totais de R\$ 1.633 (R\$ 1.450 em 31 de dezembro de 2017), referente ao contrato firmados com a Celeo Redes do Brasil S.A. para a prestação de serviços de operação e manutenção da suas intalações de transmissão conforme divulgado na nota explicativa 1.1. Os outros custos de 2017 são relacionados ao reforço explicado na nota explicativa 1.

21 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2018	2017
Rendimento de aplicação financeira	819	3.222
Outras receitas	1.024	22
Receitas financeiras	1.843	3.244
Juros do financiamento	(20.578)	(20.047)
Varição monetária do financiamento	(1.844)	(1.608)
Outras despesas	(122)	(384)
Deduções da receita	(22.544)	(22.039)
	(20.701)	(18.795)

22 Imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Resultado antes dos impostos	21.388	7.940
(Despesa) benefício de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(7.272)	(2.700)
(Adições) exclusões	(97)	(4.486)
(Despesa) benefício de IR e CS à alíquota efetiva	(7.369)	(7.185)
Alíquota efetiva	34%	-

23 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

		Receita		Despesa	
		2018	2017	2018	2017
Celeo Redes Brasil S.A	(i)	-	-	2.441	2.183

- i. Refere-se aos contratos com a Celeo para os serviços de:
 - ii.1 Operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia, assinado em 14 de dezembro de 2018 e com vigência de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes. O valor original do contrato foi de R\$ 140 mensal, podendo ser revisado caso haja alteração no escopo ou em havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais.
 - ii.2 Contrato para prestação de serviços administrativos, assinado em 22 de abril de 2018 e com vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes. O valor inicial do contrato foi de R\$ 136 ao mês, já sendo compreendidos todos os custos e despesas diretas ou indiretas relacionadas aos serviços, especialmente tributos e encargos. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais.

24 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	2018	Risco	Cenários		
			(i)	(ii)	(iii)
Títulos e valores mobiliários	17.191	Redução do CDI	1.117	838	559
Debêntures	72.951	Alta do CDI	4.742	3.556	2.371

* fonte: relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2018 publicado no site do Banco Central (www.bcb.gov.br). O CDI para o cenário provável (6,5%) foi considerado da Mediana - TOP 5 média prazo para o ano de 2019.

(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

25 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 96.278 para danos materiais e R\$ 20.692 para responsabilidade civil.

Francisco Antonio Chica Padilla
Diretor

Alfonso Brunner Beamud
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8